

O discurso sobre a homossexualidade na visão de estudantes de Educação Física

Francis Madlener de Lima*

Nilson Fernandes Dinis**

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo analisar o discurso sobre a homossexualidade produzido por estudantes de um curso de Educação Física. Para tal análise, foi realizada uma pesquisa com duas turmas de formandos/as do curso de Licenciatura nos anos de 2004 e 2005. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário elaborado com 23 questões que abordavam aspectos referentes à formação das/dos estudantes no que tange às discussões ligadas à diversidade sexual, com maior ênfase na homossexualidade. O discurso acerca da sexualidade, que regula também a experiência homossexual, fica explícito nestas falas, podendo-se então verificar de que forma esses/as estudantes tratam a homossexualidade, vislumbrando como esse discurso pode vir a afetar a prática pedagógica no espaço escolar, uma vez que a aula de Educação Física é vista como espaço privilegiado para as discussões ligadas ao tema.

Palavras-chave: Gênero. Educação física. Sexo (Psicologia). Homossexualidade.

* Licenciada em Educação Física e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. É professora da rede municipal e estadual em Curitiba-PR.

** Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor no Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos e pesquisador bolsista do Programa Produtividade em Pesquisa do CNPq. É coordenador do grupo de pesquisa Diversidade em Educação.

Vive-se nos dias de hoje, como aponta Britzman (1996, p. 85), um “estranho paradoxo – identidades emergentes se tornando mais visíveis, mas também menos compreendidas [...]”. Mais especificadamente, em relação ao tema das diversidades sexuais, se pode observar uma exposição crescente do tema nos meios de comunicação como a televisão, o cinema, a *internet* e as revistas para o público jovem promovendo discussões nem sempre aprofundadas. No campo acadêmico pode-se perceber também um aumento na produção acerca de temas ligados à diversidade sexual, pois como observa Ferrari (2003, p. 88) “os temas relacionados às homossexualidades vêm ganhando espaço nos variados campos de investigação e construção do conhecimento: psicologia, sociologia, antropologia, literatura, história e educação.” Ainda na década de oitenta, Mott (1988, p. 19) concluía por um aumento nos estudos ligados ao tema da homossexualidade:

Não podemos negar que, do começo do século para cá, diversos trabalhos se publicaram no Brasil tendo os homossexuais como tema. Num levantamento exaustivo sobre este tópico, já conseguimos localizar mais de uma centena de artigos, livros, teses e comunicações, a maior parte abordando ‘o problema homossexual’ sob a lente da medicina legal, da criminologia, da psicopatologia – e em bem menor número e só recentemente sob a perspectiva da psiquiatria, da história, da antropologia social.

Porém, na área específica da Educação Física, como comenta Rosa (2004, p. 10), ao justificar a importância de pesquisas ligadas ao tema, verifica-se ainda que são poucos/as os/as pesquisadores/as¹ que se dedicam a pesquisar as questões relativas à diversidade sexual.

Outro dado apontado foi obtido por intermédio da consulta ao *site* <http://www.nuteses.ufu.br/index3.html>. Ao se pesquisar as palavras *homossexualismo*, *homossexualidade* e *homoerotismo*, não há trabalhos/pesquisas na área de Educação Física que discutam esses conceitos. Procurando pela palavra gênero foram listadas 22 ocorrências. Nenhuma delas trata das relações homoeróticas e não abordam o conceito gênero de uma forma abrangente e relevante.

Segundo Mott (1988, p. 21) as pesquisas sobre sexualidade tendem a ser “temas menores” dentro do espaço acadêmico. Para o autor, muitos

seriam os motivos que explicariam o descaso das/dos pesquisadores/es em relação ao tema, dentre eles o fato do tema ser um tabu dentro da cultura ocidental cristã e a dificuldade em abordá-lo devido à diversidade de opiniões que ele gera, desde contundente reprovação até defesa e propaganda (MOTT, 1988, p. 20).

Se as pesquisas acadêmicas ligadas ao tema da diversidade sexual vêm crescendo, pode-se verificar, entretanto, que discussão está ainda bastante centrada na questão da homossexualidade masculina. Sobre este silêncio em relação às mulheres, Mott (1988, p. 64) afirma que “menos visível que a pederastia, o lesbianismo ou foi pouco percebido pelos homens de letras, ou sua abordagem evitada, por tratar-se de tema imoral e chocante aos brios masculinos.” E ainda aponta que

[...] o complô do silêncio contra a homossexualidade feminina parece ser ainda mais castrador do que a censura ao homoerotismo masculino: certamente há menos escritoras e editoras lésbicas assumidas, e os programadores das revistas eróticas provavelmente encontram maior clientela entre o público masculino, seja gay, seja *straight*. (MOTT, 1988, p. 129).

Ou seja, o autor afirma que os homens fecham os olhos para uma prática que lhes seria incompreensível. Ainda em relação ao silêncio que ronda a homossexualidade feminina, Portinari (1989, p. 43) traz à tona o fato de que esse silêncio deve ser ouvido, uma vez que remonta a uma prática discursiva que rege as falas e as práticas dos sujeitos: “[...] vamos observar o jogo de linguagem que aí se tece: a queixa do silêncio se entremeia com outra fala, aquela que vincula sempre a homossexualidade feminina ao feminismo, seja esse vínculo feito com malícia, sobriedade ou entusiasmo.” Sendo assim,

a temática do silêncio nos serve de introdução a uma outra e importante figura do discurso da homossexualidade feminina: aquela que a delinea como o lugar de uma feminilidade em revolta, ou como um lugar onde o signo feminino ensaia uma busca de si mesmo através da exclusão do termo masculino: é a figura da *terra das amazonas*, que se apresenta nessas entrelinhas. (PORTINARI, 1989, p. 44).

Desta forma, a ausência de escritos sobre a homossexualidade feminina não significa a inexistência da mesma, mas a recusa em aceitar uma sexualidade que renuncia aos padrões hegemônicos, uma sexualidade em que ‘falta’ algo. Esse discurso e esse silêncio que, segundo a autora, lhe é intrínseco, traz consigo a incompreensão do/a heterossexual frente à mulher homossexual, ou seja, vê-se na homossexualidade feminina a negação da feminilidade, daquilo que é ‘natural’ à mulher. Rompe-se na homossexualidade feminina com os padrões que limitam até onde uma mulher pode e dever ir, ela é vista como algo que “está em oposição à própria sexualidade como um todo, uma vez que esta pertence ao universo falado (do falo?), que seria justamente o universo masculino.” (PORTINARI, 1989, p. 45).

Esta pesquisa não privilegia uma forma de homossexualidade – apesar dos dados produzidos mostrarem uma predominância de um discurso que fala sobre o homem homossexual –, preocupando-se em analisar o discurso que elabora e rege a sexualidade e por conseqüência as suas diversas manifestações.

Uma vez que a homossexualidade se constitui enquanto objeto de saber a partir do advento do dispositivo da sexualidade em um momento histórico específico, faz-se necessário atentar para os discursos que vêm sendo articulados em torno do tema em diversas instâncias sociais, pois houve, segundo Foucault (1984a, p. 17),

[...] a partir do fim do século XVI, a ‘colocação do sexo em discurso’, em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa, mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos e que a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou – sem dúvida através de muitos erros – em constituir uma ciência da sexualidade.

É a partir desta perspectiva que se entende a sexualidade como um dispositivo histórico, bem como o próprio conceito de homossexualidade, produzido no século XIX, através de um novo investimento em relação à

sexualidade, na classificação, análise e delimitação daqueles sujeitos em que a sexualidade se manifestava de forma ‘equivocada’. Tem-se então a criação do sujeito homossexual, entre outros, com todas as suas características e comportamentos analisados e descritos por essa nova *scientia sexualis* (FOUCAULT, 1984a, p. 100).

Como o discurso da sexualidade faz parte das construções sociais e individuais, ele está presente em todas as instâncias da vida social, sendo delimitado e regulado de diferentes formas nos diferentes espaços, entre eles a escola e, neste caso, a aula de Educação Física, através, dentre outras formas, das ações das/os professoras/es, uma vez que o discurso da sexualidade “mostra tratar-se menos de um discurso sobre o sexo do que de uma multiplicidade de discursos, produzidos por toda uma série de mecanismos que funcionam em diferentes instituições.” (FOUCAULT, 1984a, p. 35).

A Educação Física desde seu surgimento teve como um de seus objetivos a descoberta do funcionamento do organismo, a melhor forma de utilização das energias e as maneiras de tornar o corpo mais saudável. Justificou sua presença na escola e na sociedade a partir da ciência e da sua capacidade de ajudar na melhoria da saúde individual e coletiva. Como aponta Soares (2001, p. 91) “a Educação Física no Brasil, em suas primeiras tentativas para compor o universo escolar, surge como promotora da saúde física, da higiene física e mental, da educação moral e da regeneração ou reconstituição das raças.” Sendo assim, sempre buscou desenvolver meios para separar, medir, quantificar, avaliar e julgar os corpos. Seguindo o raciocínio de Foucault, deve-se questionar aquilo que está na superfície e, a partir da intervenção política que passou a ser exercida sobre o corpo, pode-se perceber de que forma a separação e avaliação dos corpos pode servir a objetivos que vão além da saúde:

Graças a todo esse aparelho de escrita que o acompanha, o exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, não contudo para reduzi-lo a traços ‘específicos’, como fazem os naturalistas a respeito dos seres vivos; mas para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidade próprias, sob o controle

de um saber permanente; e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa 'população'. (FOUCAULT, 1987, p. 169).

Como herança deste período em que a Educação Física foi sistematizada para atender às demandas de uma sociedade capitalista que necessitava adequar os corpos à sua nova forma de produção, urbanização e moralização das populações, a maioria das aulas de Educação Física está ainda pautada na tradicional tendência biologicista/tecnicista. Professores e professoras perpetuam esse modelo ao elaborar conteúdos 'próprios' para meninos e meninas ou ao privilegiar a aptidão física nos seus conteúdos de ensino. Sobre a realidade da Educação Física escolar, Souza (1999, p. 171) argumenta que, entre outros fatores,

um ponto a destacar é a relação de separação/divisão entre meninos e meninas, por terem aptidões e disposições físicas diferentes. O professor quando organiza os grupos para realizar as atividades, orienta para que formem, como ele mesmo diz, um grupo masculino e outro feminino. Quando o grupo feminino é menor, ele recomenda a complementação com alguns meninos para reforçar. Numa atividade de pega, indica um menino para ser o pegador, afirmando que é melhor, já que os meninos são mais velozes. Em aula que se caracteriza como premiação por uma boa conduta ou ainda como trégua das aulas desgastantes fisicamente, afirma que os meninos podem jogar futebol e as meninas, queimada.

Fraga (1998, p. 48) colabora nesta questão ao demonstrar situação parecida observada por ele:

Outra menina comentou a respeito de seu estranhamento inicial nesta nova convivência [aulas de Educação Física pautadas na co-educação]. Sentia que as suas colegas ficavam um pouco encabuladas com a presença dos meninos nas atividades corpo-

rais com música. Prontamente, um dos meninos respondeu: “Se vocês ficam envergonhadas imagina nós então [...]”. Para estes, seria a primeira vez que participariam de uma aula deste tipo, pois estavam habituados a uma relação corporal mediada por alguma modalidade esportiva.

Esse é um exemplo da realidade escolar da Educação Física que ainda privilegia uma prática baseada na separação (física e simbólica) entre os sexos, separação baseada em princípios biológicos que, entre outras práticas, demonstra como a Educação Física permanece vinculada a ideais de funcionalidade e otimização dos gestos, herdadas de um passado médico e militar. Segundo Souza Júnior (1999) esta prática não consegue ser modificada devido à intensa relação da Educação Física com outras instituições, fazendo com que a disciplina siga a reboque de outros campos de conhecimento, não conseguindo autonomia para reconhecer-se enquanto área de conhecimento com características próprias.

Cabe ressaltar que a partir da década de oitenta do século XX, época da chamada “crise da Educação Física”, pesquisadores/as têm questionado a área, produzindo trabalhos a partir de outras perspectivas.² Dentro dessas reflexões se passou a questionar conteúdos e metodologias de ensino da Educação Física escolar na tentativa de superar a forte ligação com os esportes e sua forma competitiva, a exigência de habilidades técnicas e motoras homogeneizadas, os tratamentos diferenciados para meninas e meninos, entre outros questionamentos.

Castellani Filho (1994) afirma que as tendências presentes na área, a partir da crise, são três. A primeira tendência, que trata de forma biologizada a Educação Física, apresenta em suas práticas uma ênfase no aspecto biológico do homem, chamado pelo autor de “reducionismo biológico” (CASTELLANI FILHO, 1994, p. 29). Esta é a tendência que ainda prevalece nas escolas, valorizando a habilidade esportiva a partir de valores capitalistas (competição e exclusão, por exemplo). A segunda tendência apontada pelo autor valoriza a psico-pedagogização da Educação Física através de uma visão a-histórica, sendo o homem percebido como um ser em si mesmo. Dentro desta perspectiva a escola é vista como um sistema fechado, alheia às relações sociais. E a última tendência é baseada em uma concepção histórico-crítica da educação, caracterizando-a como uma ação política

e, no caso da Educação Física, percebendo o movimento humano como uma construção social e histórica. Esta concepção visa instrumentalizar as classes populares através do saber próprio à cultura dominante, sendo esta apropriação um instrumento para a luta social.

Desta forma é fundamental repensar a função que esta disciplina vem assumindo na sociedade, percebendo de que maneira essa área do conhecimento vem interferindo nas construções das subjetividades de alunas e alunos no espaço escolar, levando-se em conta os aspectos ligados ao discurso tanto da área da Educação Física como daquele voltado para uma sexualidade regulada e normatizada.

O discurso sobre a homossexualidade

Com a finalidade de perceber de que forma se manifesta o discurso sobre a homossexualidade a partir dos/as futuros/as professores/as de Educação Física, foi feita uma pesquisa com 75 estudantes formandos/as da Universidade Federal do Paraná. No ano de 2004 foram coletados dados com 40 estudantes que terminavam o curso ainda dentro do modelo de currículo de Licenciatura Plena. Já no ano de 2005 foram coletados dados com outros/as 35 estudantes que concluíam o curso dentro da nova estruturação do currículo (licenciatura X bacharelado), obtendo o título de licenciados em Educação Física. Para a realização da pesquisa foi aplicado um questionário elaborado com 23 questões que abordavam temas referentes à diversidade sexual, à formação acadêmica destes/as estudantes e ao espaço escolar. O grupo de estudantes pesquisado era composto por 33 mulheres e 41 homens, com idades variando entre 20 e 30 anos, a maioria com 20 a 25 anos de idade.

Ao contrário do esperado, a grande maioria (89%) respondeu que a questão da sexualidade foi abordada durante sua formação, sendo que as disciplinas que mais atenderam a essa demanda, segundo o primeiro grupo pesquisado, foram: Ginástica Escolar A e B, Aprendizagem Motora e Prática de Ensino. A primeira disciplina citada buscava abordar aspectos da Educação Física escolar. Os temas trabalhados e as formas de abordagem variavam muito, de acordo com o/a professor/a que assumia a disciplina. A disciplina de Aprendizagem Motora além de abordar questões referentes à cognição, à aprendizagem e a metodologias de ensino, explorou temas relacionados à diversidade sexual, gênero e preconceito, sendo uma das

disciplinas que causava mais polêmica e discussão entre as/os estudantes. Já a disciplina de Prática de Ensino buscava oportunizar a experiência dos/as estudantes dentro da escola, orientando a ação docente dos/as futuros/as professores/as. A citação desta disciplina como uma das que mais contribuiu para a discussão da diversidade sexual, deve-se provavelmente ao enfrentamento da realidade escolar, que muitas vezes ocorre durante um período curto, levantando inúmeras questões para as/os acadêmicas/os. Para muitos/as esta é a primeira e única experiência como professores/as de Educação Física escolar durante a graduação.

Na lista das disciplinas citadas nota-se uma ausência quase completa das disciplinas especificadamente pedagógicas ou ligadas às ciências humanas, com exceção da disciplina de Prática de Ensino. As disciplinas voltadas para a discussão da Educação Física escolar, seja aquelas ligadas ao Departamento de Educação Física ou aquelas vinculadas ao Setor de Educação, segundo a pesquisa, não têm atentado para as questões da diversidade sexual. Esta lacuna deixada pelas disciplinas ligadas às ciências humanas é fortemente percebida no antigo currículo de Licenciatura Plena.

No segundo grupo pesquisado, há a presença das disciplinas voltadas à escola, fato que não é estranho uma vez que o currículo trata somente da Educação Física escolar. Nesse sentido as disciplinas mais citadas foram as Pedagogias da Educação Física, Didática, Metodologia de ensino e Filosofia. A disciplina de Pedagogias da Educação Física, segundo sua ementa, propõe a discussão dos “processos educativos para diferentes grupos sociais, mediados pelos elementos da cultura corporal: gênero/sexualidade, classe e etnia”.

As outras disciplinas mais citadas foram Didática e Metodologia de ensino, disciplinas ligadas diretamente ao espaço escolar e ao ensino de Educação Física. E finalmente, foi citada a disciplina de Filosofia. Esta disciplina foi citada oito vezes pela turma de 2005, contrastando com uma única citação da turma anterior. Deve-se questionar qual o papel atribuído pelas/os estudantes e docentes a essa disciplina em um curso de graduação em Educação Física e se o aumento das citações pela segunda turma reflete um aumento da discussão dessa disciplina no que se refere aos temas ligados à sexualidade/diversidade sexual ou um aumento do interesse dos/as estudantes por essa disciplina que é, via de regra, marginalizada no departamento de Educação Física.

Segundo as/os estudantes de ambas as turmas pesquisadas, o tema preconceito foi o mais abordado pelas disciplinas (37%), seguido pela homossexualidade (28%). Porém quando perguntados se a questão da diversidade sexual foi tratada durante a graduação, a maioria dos/as estudantes (52%) da turma de 2004 aponta que este não foi um tema abordado. Assim pode-se entender que a sexualidade tratada pelas disciplinas era limitada a determinadas práticas ou que não houve um aprofundamento das discussões, uma vez que os/as estudantes apontam que a diversidade sexual não foi abordada, ou seja, os aspectos mais amplos ligados à sexualidade ficaram fora das discussões.

Ao contrário, a turma de 2005 afirma que a diversidade sexual foi tratada durante sua graduação (65%), mostrando que provavelmente houve um aprofundamento nas discussões, envolvendo assim assuntos mais abrangentes no que tange a sexualidade, gênero e diversidade sexual. Esse aprofundamento pode ser percebido também nas respostas dadas à questão anterior, pois ao comentar os outros temas ligados à sexualidade que foram tratados durante o curso surgem os aspectos históricos, namoro, gênero, contatos corporais e interação entre meninos e meninas.

Muitos/as afirmam que conhecem e convivem no trabalho e/ou na universidade com pessoas homossexuais (50%), sendo muito grande também o número de pessoas que afirmam que não sabe se existem pessoas homossexuais nos locais onde convivem (43%). Afirmam também que suas atitudes perante “*essas pessoas*” não mudariam até o momento em que elas deixem de ser “*profissionais*” ou “*desrespeitem*” sua opção sexual de alguma forma.

Percebe-se nestas afirmações que a convivência pacífica com a homossexualidade, caso isso seja inevitável em uma situação de trabalho, por exemplo, só é possível se a/o homossexual mantiver uma postura “profissional”, ou seja, igual à postura que julgam ter as demais pessoas heterossexuais. Isso reflete implicitamente um estereótipo que pensa o/a homossexual como um sujeito desviante e que desrespeita a heterossexualidade dos outros com suas atitudes ‘anormais’, devendo, portanto, ser controladas para uma convivência pacífica com a heterossexualidade; essa convivência ‘pacífica’ com o outro é mediada pela relação que o eu mantém com esse outro, bem como através da formação de estereótipos e preconceitos. Nesse sentido, Britzman (1996, p. 88) afirma que

[...] em algumas situações, como por exemplo, a produção das imagens e identidades homossexuais, não há como separá-las, ou seja, refletir sobre as identidades é discutir também sobre as construções das discriminações, preconceitos e estereótipos. Talvez, porque as identidades estejam diretamente relacionadas à construção das diferenças e, portanto, à construção do 'outro', que, por sua vez, diz muito do 'eu'.

O medo de uma aproximação fora do espaço de trabalho e de uma possível associação à imagem homossexual faz com que muitos/as afirmem não manter contato com “*essa pessoa*” fora do ambiente de trabalho, chegando-se a afirmar inclusive que convivem “*não como amigos, mas como colegas*”. Como se a homossexualidade fosse ‘contagiosa’ e estivesse constantemente ameaçando a heterossexualidade dos sujeitos, “a homofobia se expressa pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse ‘contagiosa’, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais.” (LOURO, 1999, p. 29).

Grande parte dos/das estudantes pesquisados/as (81%) afirmam que não mudariam de conduta perante um/a colega homossexual porque “*opção sexual não define caráter*” ou porque ser homossexual “*é problema dela*”. As pessoas que afirmam que mudariam de postura (19%) perante a descoberta da homossexualidade de um/a colega o justificam a partir do preconceito dos outros: “*é preciso tomar cuidado, pois o preconceito ainda é grande e muitas vezes as pessoas podem ofender este colega*” ou ainda: “*conversaria com ela sobre isso, pois já tive experiências homossexuais, e sei como é difícil o olhar do outro*”. Sendo assim, a mudança de comportamento diante da homossexualidade se dá no sentido de um aumento no cuidado, na atenção e no medo de magoar ou ferir uma pessoa que se revela homossexual.

Ao refletirem sobre uma possível influência de um/a professor/a homossexual sobre suas/seus alunas/os, a maioria dos/as estudantes da turma de 2004 (53%) responderam que essa poderia se dar no sentido de liberação de uma homossexualidade reprimida, uma vez que os/as professores/as são um exemplo para seus alunos/as. Afirmam que “*se assim ele quiser*”, o/a professor/a pode contribuir “*para a construção da personalidade*

dos alunos”, ou seja, novamente surge o medo de que a homossexualidade seja contagiosa e que a/o homossexual possa ser um manipulador de seus/ suas alunos/as no sentido de mostrar-lhes o caminho para a descoberta de si próprios. Segundo Britzman (1996, p. 80), “parte desse mito é realmente correta: a identidade sexual é social e depende de comunidades e locais onde haja práticas, representações e discursos comuns, partilhados”.

Porém para o segundo grupo pesquisado, a influência não ocorre (40%) porque “*a maioria das pessoas homossexuais são discretas no trabalho*” ou porque “*cada um tem uma conduta formada, não é por conviver com homossexuais que você irá se tornar um*” ou ainda porque “*a sexualidade é desenvolvida independente de modelos*”. Assim se percebe opiniões opostas que mostram a complexidade em relação à formação das identidades sexuais. Enquanto um grupo mostra medo em relação a um ‘contágio’ de heterossexuais por homossexuais, outro grupo afirma que cada um desenvolve sua sexualidade de forma independente, sem influências externas. De um lado tem-se a exacerbação do meio em relação à formação das identidades e de outro se dá ênfase nas construções individuais.

Segundo Britzman (1996, p. 80) essa ênfase na privatização das identidades sexuais faz parte do discurso da heteronormatividade, “[...] a obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante”, baseando-se em um ideal de naturalização de heterossexualidade. Para tanto, uma das idéias correntes é de que “as identidades sexuais são separadas e privadas”, sendo que “além disso, a insistência de que a sexualidade deva estar confinada à esfera privada reduz a sexualidade às nossas específicas práticas sexuais individuais, impedindo que concebamos a sexualidade como sendo definida no espaço social mais amplo, através de categorias e fronteiras sociais.” (BRITZMAN, 1996, p. 80).

Evitando-se essa polarização, deve-se entender a identidade sexual como uma construção individual e social, em que as influências existem, uma vez que estamos em constante negociação com os outros:

toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma *relação social* contraditória e não-finalizada. Como uma relação social no interior do eu e como uma relação social entre “outros” seres, a identidade sexual está sendo constantemente

rearranjada, desestabilizada e desfeita pelas complexidades da experiência vivida, pela cultura popular, pelo conhecimento escolar e pelas múltiplas e mutáveis histórias de marcadores sociais como gênero, raça, geração, nacionalidade, aparência física e estilo popular (BRITZMAN, 1996, p. 74).

O medo das influências permanece quando se pergunta se haveria algum problema caso sua/seu filha/o tivesse um/a professor/a homossexual. No papel de pais, as/os futuras/os professoras/es de ambas as turmas (21%) apresentam um certo tipo de discurso, afirmando que não teriam problemas com esse/a professor/a se este/a mantivesse uma boa conduta perante os/as alunos/as, respeitando “*os valores impostos pelas famílias*” e não tentando “*impor os seus*”. Se o/a professor/a homossexual não mostrasse “*claramente sua opção em frente a todos*” e “*representasse o seu sexo biológico*”, não haveria problemas em tê-lo/a como professor/a de sua/seu filha/o. Assim, mais uma vez fica latente a força dos estereótipos no discurso sobre a homossexualidade, uma vez que se teme que o/a homossexual possa impor os seus valores que não são os mesmos impostos pelas famílias ‘normais’, mesmo quando se afirma que “*a base familiar dá sustentação suficiente para que os filhos se mantenham centrados*”. Ou seja, cabe à família influenciar os sujeitos, tendo um papel de conformadora das identidades de seus membros. Confunde-se também a orientação sexual com o gênero e o sexo biológico dos indivíduos ao afirmar que “*o professor*” deve manter uma postura de acordo com seu sexo biológico, afirmando-se que o ‘padrão’ que se tem do homossexual é aquele indivíduo que deixa de ser homem, ou seja, a masculinidade é inseparável da heterossexualidade.

O preconceito fica mais explícito quando se fala de filhos/as e família, pois nestas questões aparece claramente a discriminação contra aqueles que vão “*contra a natureza humana*”. Apesar da maioria dos/as alunos/as das turmas de 2004 e 2005 (74%) afirmarem que não se deve interferir na orientação sexual das/os filhas/os, aqueles/as que acham que os pais devem tentar “*ajudar*” os/as filhos/as a serem heterossexuais (26%) são enfáticos ao afirmar que nenhum pai “*acha legal ter um filho bicha*”, justificando assim qualquer atitude dos pais no sentido de alterar a orientação do/a filho/a, como a ajuda de psicólogos/as, pois, uma vez que a homossexualidade é uma “*doença*”, “*não custa tentar ser hetero*”, ou ainda porque “*tentar ajudar o filho*

a ter uma vida normal é dever dos pais”. Neste sentido Britzman (1996, p. 79) afirma que o que ocorre é

[...] uma proliferação de conselhos aos pais e aos educadores sobre como ‘curar’ a situação de gay, como evitar aquilo que o *establishment* médico está agora chamando de ‘desordem de identidade de gênero na infância’, e como organizar-se contra reformas curriculares que levem em consideração as vidas de gays e lésbicas.

Mesmo Foucault (1984a, p. 67) apontava que

[...] a sexualidade foi definida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar.

A visão da homossexualidade como a ausência de alguma coisa que só existiria na heterossexualidade é refletida na visão de família da maioria (59%) das/os alunas/os do primeiro grupo, visto que são contra a adoção de crianças por casais homossexuais. A idéia de que uma família é formada exclusivamente “por um homem e uma mulher”, sendo necessárias as figuras distintas “do pai e da mãe” faz com que muitos percebam uma situação diferente dessa como prejudicial à criança, uma vez que faltaria alguma coisa, ou um pai ou uma mãe. Com isso permanecemos presos a uma imagem de família que vem sendo desconstruída por vários fatores. A família nuclear onde o homem provê o sustento e a mãe cuida da educação dos filhos não é o modelo hegemônico, pois as transformações sociais e culturais estão fazendo com que muitas formas de família se constituam. Ao ficarmos atrelados a uma visão burguesa de família ‘perfeita’ e ‘ideal’, fechamos os olhos para a realidade que nos cerca e julgamos aqueles que diferem dessa visão como ‘anormais’ ou ‘problemáticos’.

Foucault (1981, p. 2) nos auxilia a pensar a relação homossexualidade-família afirmando que a imagem comum da homossexualidade responde

A um cânone tranqüilizador da beleza e anula o que pode vir a inquietar no afeto, carinho, amizade, fidelidade, coleguismo, companheirismo, aos quais uma sociedade um pouco destrutiva não pode ceder espaço sem temer que se formem alianças, que se tracem linhas de força imprevistas. Penso que é isto o que torna “perturbadora” a homossexualidade: o modo de vida homossexual muito mais que o ato sexual mesmo [...] que os indivíduos comecem a se amar, e aí está o problema.

Ou seja, a visão de um casal homossexual que ultrapassa o desejo sexual e que constrói algo mais sólido, do ponto de vista social, ainda não é concebida pelos/as alunos/as.

Já o segundo grupo afirma, na sua maioria (66%), aceitar a adoção de crianças por casais homossexuais. Suas justificativas para a adoção variam desde o fato de que “qualquer pessoa pode ensinar os valores da vida. A opção sexual é um ‘adereço’ em meio a tantos outros valores” até a afirmação de que “o conceito de família dever ser ampliado e não restrito a um único modelo”. Mas ainda permanecem alguns preconceitos em relação a essa forma não tradicional de família, como a afirmação de que “a criança não tem a condição de decidir se gostaria ou não de experimentar essa situação”; bem como a presença da justificativa científica, expressa no senso comum, para a rejeição dessa forma de organização familiar: “estudos de psicologia apontam que muitos homossexuais vêm de famílias constituídas sem a presença masculina ou feminina”.

Em relação ao silêncio diante da homossexualidade feminina, comentado na parte inicial deste artigo, esta ausência também pode ser constatada nas falas das/os estudantes envolvidas/os na presente pesquisa, a maneira como eles/elas desenvolvem suas justificativas, ao responder as perguntas do questionário, está, com algumas exceções, baseada geralmente na escrita masculina: “[...] com meus alunos [...]”, “o professor”, “é a escolha dele”. Desta forma fica marcada a pretensa ‘naturalidade’ de uma escrita masculina, bem como revela, de forma sutil, que, ao se falar em homossexualidade, é a homossexualidade masculina que é visualizada, mesmo com a insistência da utilização da forma masculina e feminina na elaboração das questões presentes no questionário (professor/a, aluno/a etc.). As exceções ocorrem quando são utilizados termos gerais como “a maioria das pessoas homossexuais”.

Quando perguntados/as sobre sua orientação sexual, todos/as afirmam que são heterossexuais, justificando sua orientação das mais diversas formas, apesar de alguns afirmarem que não precisam justificá-la. A justificativa mais comum e que talvez defina melhor a concepção de homossexualidade é a noção de que a pessoa heterossexual nunca sentiu atração sexual por alguém do mesmo sexo biológico. Busca-se também afirmar sua heterossexualidade através de relações estáveis e socialmente aceitas como “*eu amo meu namorado*”, “*gosto de mulheres*” ou “*sou apaixonado por uma garota*”. Desta forma busca-se a afirmação de uma sexualidade ‘normal’ através de uma prática que pode servir de atestado de ‘normalidade’. Assim, fica clara a relação entre identidade sexual e valores sociais, uma vez que

se as identidades são marcadas pelas diferenças, estas são definidas através dos símbolos: identidades, diferenças estão associadas às coisas que as pessoas usam ou fazem, ou dizem, enfim, estão associados aos símbolos, que são lidos a partir do meio social que os organiza. (FERRARI, 2003, p. 97).

Outras afirmações são mais claras como, por exemplo, afirmar que é heterossexual “*porque sou normal*” ou porque “*segui a ordem natural das coisas*”. Essa naturalização da sexualidade pode ser percebida também quando alguns afirmam que uma pessoa pode nascer homossexual devido a “*problemas durante a gestação*” ou devido “*um componente hereditário*”, ou seja, busca-se compreender uma atitude que incomoda através da genética, numa renovação do ideal ocidental de busca pela verdade através da ciência. Para Britzman (1996, p. 83), a “rearticulação do significante ‘homossexualidade’ exige que a heterossexualidade seja desvinculada dos discursos da naturalidade e dos discursos da moralidade. A heterossexualidade deve ser vista como uma possibilidade entre muitas.”

Essa persistente naturalização demonstra uma falta de compreensão dos padrões e valores como construções discursivas que são elaboradas cultural e historicamente. Admite-se que a heterossexualidade é a forma correta de se viver a sexualidade, utilizando-se das mais diversas argumentações (científicas ou religiosas), como se existisse uma verdade absoluta acerca do sexo e da sexualidade. Falta assim a percepção de que as sociedades constroem seus sistemas de verdade e seus valores em épocas e condições sociais específicas. Como nos mostra Foucault (1984b,

p. 167) relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo já foram definidas por inúmeros sistemas de verdades no decorrer da história humana: “os gregos não opunham, como duas escolhas excludentes, como dois tipos de comportamento radicalmente diferentes, o amor ao seu próprio sexo ao amor pelo sexo oposto.” “Ela [a homossexualidade] possuía cauções religiosas em ritos e festas onde se interpelavam, a seu favor, as potências divinas que deviam protegê-la. Enfim, era uma prática culturalmente valorizada por uma literatura que a cantava, e por uma reflexão que fundamentava sua existência.” (FOUCAULT, 1984b, p. 170).

Ao contrário desta visão, de forma geral, acredita-se que a sexualidade é aquilo que a ‘natureza’ diz, como se não existisse a força das palavras e das ações humanas na formação dos conceitos e da moral. Neste sentido, Ferrari (2003, p. 100) afirma que

Quando usam a homossexualidade para atacar, eles estão trazendo para cena séculos de construção desse valor, que se iniciou pela classificação médica do “homossexualismo”. Entretanto, não sabem as origens do discurso assumido, que não é deles, que não é do seu tempo, mas de que eles são tributários. Esse é outro aspecto importante a ser problematizado: revelar a homossexualidade como uma construção histórica e social, buscando desconstruir sua negatividade.

Apesar da forte presença da natureza nas falas que afirmam que as pessoas nascem homossexuais da mesma forma que nascem com sua “personalidade” ou ainda do componente religioso que aponta para a aberração da homossexualidade: “os dois primeiros habitantes da Terra foram um homem e uma mulher, feitos a semelhança de quem os criou, portanto quem os criou não é homossexual”, a maioria das/os estudantes de ambas as turmas (50%) afirma que as pessoas tornam-se homossexuais. Essa afirmação é contraditória em relação aos pólos anteriormente citados, onde um grupo acredita no ‘contágio’ e outro parece ignorar a presença das relações sociais na formação das identidades. Ou seja, apesar desses conflitos, ambos os grupos, em sua maioria, reconhecem a multiplicidade de fatores que interferem na construção das identidades sexuais.

Praticamente todos/as, de ambas as turmas (88%), afirmam que consideram importante a discussão acerca da diversidade sexual durante sua

graduação. Problemas ligados à homossexualidade (assumida ou suposta) das/os alunas/os na escola foram os mais citados na pesquisa por aqueles/as que afirmaram terem tido problemas ligados à sexualidade das/os alunas/os durante sua atuação na escola (30%), demonstrando a carência de uma discussão mais aprofundada a esse respeito durante a formação dos/as futuros/as professores/as. Muitas/os estudantes (45%) afirmam que não se consideram aptos/as a trabalhar com estas questões, uma vez que as discussões teóricas não foram suficientes. Isso nos faz questionar o papel da universidade na formação de educadores/as e o tipo de discussão que é realizada nas aulas, uma vez que anteriormente as/os próprias/os alunas/os afirmaram que houve essa discussão durante sua graduação.

Questiona-se de que forma a discussão é realizada, pois a grande maioria das/os estudantes das turmas de 2004 e 2005 (59%) afirma não ter conhecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais e também afirmam não ter lido nenhum livro que tratasse desse tema durante a graduação (73%). Não pretendemos afirmar que as concepções dos Parâmetros Curriculares Nacionais são as mais apropriadas para a discussão da diversidade sexual, mas acreditamos ser fundamental que os/as professores/as tenham acesso a esse documento e realizem uma leitura crítica do mesmo a fim de sustentar sua prática pedagógica. Sendo assim como podem as/os futuras/os professoras/es de Educação Física resolver conflitos relacionados à diversidade sexual em suas práticas pedagógicas?

Esse questionamento é fundamental, uma vez que, consultando o trabalho de Cunha Júnior (1996), sobre a influência de professores e professoras de Educação Física na realização e permanência de homossexuais na realização de atividades físicas, tem-se a constatação que muitos deixaram de praticar atividades em determinados espaços devido a atitudes e omissões desses professores/as, tanto nesses espaços específicos, como durante o período de escolarização desses sujeitos:

Entre os entrevistados, os posicionamentos a respeito da Educação Física e da figura do professor no tratamento para com os homossexuais nos demonstrou um quadro alarmante. A Educação Física foi considerada uma das disciplinas mais discriminadoras do espaço escolar [...] Os entrevistados apontaram também que a Educação Física escolar e o professor

foram um dos principais responsáveis para seu futuro afastamento das atividades físicas/esportivas fora da escola. (CUNHA JÚNIOR, 1996, p. 21-22).

Considerações finais

Algumas conclusões podem ser assinaladas, de forma geral, após a realização da pesquisa. Primeiro que, ao contrário do esperado, os/as alunos/as afirmaram que a questão da sexualidade foi tratada durante o curso, através de temas como preconceito e homossexualidade, porém, contraditoriamente, também afirmavam que a discussão sobre a diversidade sexual foi menos privilegiada, apontando para uma redução dos temas propostos durante a formação. Outro ponto importante refere-se à convivência com pessoas homossexuais. Através das respostas, pode-se perceber que esta só é possível, aceitável, em situações inevitáveis, como no caso do espaço de trabalho. Para que essa convivência seja possível é enfatizada a necessidade de profissionalismo da pessoa homossexual, bem como são estabelecidos limites para essa relação, que se torna insustentável a partir do momento em que a/o homossexual desrespeita a heterossexualidade do/a colega. Fica reforçada a diferença entre espaço público e privado, uma vez que o/a homossexual deve se comportar de acordo com o espaço social e as pessoas que estão nele inseridas, constatação também feita por Rosa (2004, p. 120, grifos do autor) em suas pesquisas:

Outra forma de se vincular o preconceito foi o que chamei de *homofobia velada*, isto é, atrás do uso da categoria *respeito*, que os alunos utilizaram, percebi uma aversão, ou seja, um distanciamento físico e afetivo dos sujeitos homossexuais, pois em última instância os homossexuais seriam considerados portadores de uma sexualidade incontrolável e impulsiva. Neste sentido, segundo suas representações, até permite-se certa aproximação com sujeitos gays, mas sempre se tem/teria a impressão, idéia, de que eles iriam ultrapassar os limites de uma *amizade*, por quererem estabelecer relações afetivas/sexuais [...].

Quando se trata da influência de professoras ou professores homossexuais, muitos/as afirmam que o/a professor/a é um exemplo para as/os alunas/os, podendo usar este poder para influenciar na orientação dos/das alunos/as. Assim, são expostos argumentos que afirmam que o/a professor/a deve respeitar os valores impostos pelas famílias, bem como não fugir à regra do comportamento respectivo ao seu sexo biológico. Desta maneira observa-se a compreensão de uma linearidade entre sexo biológico – gênero – identidade sexual, sendo que qualquer alteração é considerada anormal. A concepção de família também fica explícita na maioria das respostas dadas, uma vez que grande parte das/os alunas/os são contra a adoção de crianças por casais homossexuais, alegando que essa situação poderia causar problemas psicológicos e/ou sociais para as crianças adotadas.

Várias falas apontam para a maior aceitação daquele/a homossexual que se aproxima da norma heterossexual e que corresponde às características de seu gênero, ficando dificultada a aceitação daquelas/es que se afastam dessa normalidade. É marcante a aceitação de uma masculinidade padrão, sendo que qualquer característica que dela se distingue resulta em dúvida sobre a identidade sexual do sujeito. Rosa (2004, p. 119) constatou a mesma exigência em sua pesquisa: “Outro dado relevante foi a padronização de uma masculinidade, o que cientificamente é conceituado como masculinidade hegemônica, que configura um tipo ideal de homem, colocando os homossexuais fora desse padrão.” De forma geral pode-se afirmar que as/os alunas/os têm uma imagem do sujeito homossexual como alguém com uma sexualidade desregrada e que tenta sempre ‘converter’ outros/as para a homossexualidade. A idéia de um possível ‘contágio’ do sujeito hetero pelo homossexual aparece em vários momentos, mesmo quando alguns/mas afirmam que cada um constrói sua identidade sexual independentemente de modelos, fica implícito o medo de que as influências ocorram e sejam ruins para o sujeito.

Finalmente, não se pode deixar de mencionar que muitos/as alunos

Notas

- 1 Em consonância com os estudos de gênero e sua crítica ao uso generalizante da forma masculina na linguagem, sempre que possível, procurou-se, ao longo deste artigo, utilizar as formas masculina e feminina na construção dos substantivos e adjetivos e sua igual alternância.
- 2 Sobre os autores da década de 1980, ver Daolio (1997).

Referências

- BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 71-76, jan./jun. 1996.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- CUNHA JÚNIOR, Carlos F. F. e MELO, Vitor A. Homossexualidade, educação física e esporte: primeiras aproximações. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 18-24, 1996.
- DAOLIO, J. Educação Física brasileira: autores e atores da década de 80. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 18, n. 3, p. 182-190, maio 1997.
- FERRARI, Anderson. Esses alunos desumanos: a construção das identidades homossexuais na escola. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 86-111, jan./jul. 2003.
- FOUCAULT, Michel. Da amizade como modo de vida. Entrevistadores: R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. *Gai Pied*, Paris, n. 25, abr. 1981, p. 38-39. Tradução de: De l'amitié comme mode de vie. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amitie.html>> Acesso em: 22 abr. 2005.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984a.

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984b.
- FRAGA, Alex Branco. *Do corpo que se distingue: a constituição do bom-moço e da boa-moça nas práticas escolares*. 1998. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes: Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MOTT, Luiz. *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.
- PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ROSA, Marcelo Victor. *Educação física e homossexualidade: investigando as representações sociais dos estudantes do centro de desportos/UFCS*. 2004. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Centro de Desportos. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- SOARES, Carmen Lúcia. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- SOUZA JÚNIOR, Marcílio. *O saber e o fazer pedagógicos: a educação física como componente curricular...? Isso é história!* Recife: EDUPE, 1999.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Departamento de Educação Física*. Curitiba, PR, 2005. Disponível em: <<http://www.edf.ufpr.br>>. Acesso em: 22 maio 2005.

The discourse about homosexuality in the view of Physical Education students

Abstract:

The purpose of this article is to analyze the discourse about homosexuality produced by physical education students. To conduct the analysis a study was conducted with two groups of students in the physical education certification course in 2004 – 2005. The study was conducted with a questionnaire with 23 questions that addressed factors referring to the education of the students concerning discussions linked to sexual diversity, with greater emphasis on homosexuality. The discourse about sexuality, which also guides the homosexual experience, is explicit in their statements, and can be used to verify in what way these students treat homosexuality, seeing how this discourse can come to affect the pedagogical practice in the school space, given that the Physical Education class is seen as an important place for the discussions linked to this issue.

Key words: Gender. Physical education. Sex (Psychology). Homosexuality.

El discurso sobre la homosexualidad en la visión de estudiantes de Educación Física

Resumen:

El presente artículo tiene como objetivo analizar el discurso de la homosexualidad producido por los estudiantes de un curso de Educación Física. Para tal fin fue realizada una investigación en dos grupos de estudiantes del Profesorado en los años 2004 y 2005. La investigación fue realizada mediante un cuestionario elaborado con 23 preguntas que abordaban aspectos referentes a la formación de los estudiantes en relación a las discusiones articuladas a la diversidad sexual, con mayor énfasis en la homosexualidad. El discurso sobre la sexualidad, que regula también la experiencia homosexual, está explícito en las respuestas, pudiendo verificar de que forma esos/esas estudiantes tratan la homosexualidad, vislumbrando como el discurso puede afectar la práctica pedagógica en el espacio escolar ya que la clase de educación física es visualizada como un espacio privilegiado para las discusiones sobre este tema.

Palabras-clave: Genero. Educación Física. Sexualidade. Sexo. Homosexualidad.

Francis Madlener de Lima

Rua Dr. Danilo Gomes, 759, sobrado 5 D. Boqueirão
CEP: 81670-250 Curitiba – Paraná
E-mail: francis_mad@hotmail.com

Nilson Fernandes Dinis

Departamento de Educação/Universidade Federal de São Carlos
Via Washington Luiz, Km 235 – CP 696
CEP: 13565-905
São Carlos – São Paulo
E-mail: ndinis@ufscar.br

Recebido em: 10/12/2007

Aprovado em: 2/3/2008